

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE RETORNO

Adoção Tardia e os desafios para a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes em acolhimento institucional

Data: 05 de abril de 2019

Local: Palácio da Justiça

Em 05 de abril de 2019, foi realizada a Audiência Pública de retorno sobre o tema "Adoção Tardia e os desafios para a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes em acolhimento institucional", a fim de prestar esclarecimentos, divulgação e prestação de contas acerca das ações realizadas após o debate e os apontamentos trazidos na Audiência Pública ocorrida em 13 de julho de 2018.

A partir do levantamento das problemáticas e demandas trazidas após a primeira audiência pública, a CIJ apresentou as seguintes ações e projetos:

- Lançamento do Aplicativo Adoção, que possibilita aos pretendentes habilitados de todo o país a visualização de dados e de material de mídia de crianças e adolescentes disponíveis para adoção deste Estado. Para as 204 crianças e adolescentes incluídos no referido aplicativo, houve 98 manifestações de interesse e destas, 03 seguem com aproximação e 08 crianças/adolescentes estão em guarda provisória;
- Curso de Atualização para Magistrados, da área da Infância e Juventude, realizado nos dias 12 a 14 de setembro/2018, no qual foram debatidas questões como: inclusão das temáticas “acolhimento”, “destituição do poder familiar” e “adoção” no decorrer de todo o curso. Referido evento contou com a participação de 4 (quatro) adolescentes, sendo 3 (três) em situação de acolhimento e 1 (um) já adotado, para partilharem suas experiências de vida com os magistrados cursistas;
- Dia Estadual do Encontro realizado em 20 de outubro de 2018, com o objetivo de possibilitar o encontro entre pretendentes habilitados

e crianças e adolescentes aptos à adoção em um momento de diversão e convivência a fim de contribuir com a ampliação das possibilidades de formação de novas famílias. Participaram 70 crianças e adolescentes acolhidos e 135 pretendentes, das quais resultaram 24 manifestações de interesse. Destas, 02 seguem em aproximação e 06 crianças/adolescentes estão em guarda provisória;

- Proposição, elaboração e execução do Projeto Adote um Destino, que tem como objetivo ampliar as possibilidades de formação de novas famílias por meio da adoção através da veiculação de imagens de crianças e adolescentes aptos à adoção no Estado em rede de televisão, reafirmando sua condição de sujeitos de direitos. Para as 10 (dez) crianças/adolescentes que participaram, houve duas manifestações de interesse que seguem em andamento;

- Proposição, elaboração e execução do Projeto Adote um Pequeno Torcedor, que tem como objetivo contribuir para que crianças e adolescentes em situação de acolhimento prolongado e com situação jurídica definida tenham ampliadas as possibilidades de formação de novas famílias a partir da divulgação de fotos e vídeos durante os intervalos dos jogos do Campeonato Gaúcho de Futebol;

- Proposição e elaboração Projeto Pós Adoção, que visa auxiliar a operacionalização de grupos reflexivos às famílias em processo de adoção através de suporte, orientação e acompanhamento jurídico e psicossocial;

- Proposição e elaboração do Projeto Acolher, que visa proporcionar à criança ou adolescente o acolhimento excepcional e provisório em família acolhedora, garantido integralmente as suas necessidades básicas, bem como o direito à convivência familiar e comunitária, assegurando primordialmente seu melhor interesse, além de prevenir a institucionalização prolongada de crianças e adolescentes afastados da família de origem por medida protetiva.

Nesta edição, compuseram a mesa convidados que contribuíram para o debate, apresentando o contraponto entre os projetos executados pela Coordenadoria da Infância e Juventude e a realidade vivenciada nas instituições de

acolhimento e nas relações familiares estabelecidas a partir dos projetos, conferindo a estes o mérito pela transformação no cenário da adoção de difícil colocação neste Estado, além de fomentar a reflexão sobre o tema.

Após a fala dos membros da mesa, o debate foi aberto ao público presente.

Cabe referir que a audiência pública teve duração de 2 (duas) horas e contou com um público total de 79 (setenta e nove) pessoas, das quais 20 (vinte) participaram na qualidade de representantes de instituições públicas e privadas e 59 (cinquenta e nove) enquanto pessoas físicas, conforme a lista de presença assinada (ID 1060269).

Deste modo, as ações acima elucidadas refletem o compromisso desta Coordenadoria da Infância e Juventude com todas as demandas e os apontamentos efetuados pela sociedade civil e pelos representantes das Instituições na Audiência Pública, em enfrentamento aos desafios impostos ao Sistema de Garantia de Direitos para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes. Ressalta-se que doravante estas temáticas têm sido pauta de constante estudo, discussão, reflexão e proposição, a fim de contribuir para a visibilidade e para a garantia ampla e efetiva dos direitos de todas as crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que estão acolhidos institucionalmente.